



PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. JOSÉ MEDEIROS)

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer a impressão dos votos digitados na urna eletrônica e a realização da apuração dos votos impressos na própria seção eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prevê a impressão dos votos pela urna eletrônica e a realização da apuração dos votos impressos na própria seção eleitoral, sob a fiscalização dos representantes partidários e do Ministério Público Eleitoral.

Art. 2º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos

“Art. 58-B. O processo de votação no Brasil deve ser seguro e confiável, garantindo a transparência e a integridade das eleições.”

“Art. 59. A votação será feita por sistema eletrônico juntamente com a impressão do voto, a fim de que o eleitor possa verificar a veracidade das informações impressas antes de confirmar e depositá-lo, mediante processo automático, em urna devidamente identificada e lacrada, que deve permanecer na seção eleitoral até a apuração dos votos.

..... “ (NR)

“Art. 59-C. Encerrada a fase de votação, inicia-se fase de apuração dos votos impressos na própria seção eleitoral.

§ 1º É assegurado aos partidos políticos e aos membros do Ministério Público contar com representantes em cada seção eleitoral para auxiliar a fiscalização e garantir a transparência do processo de votação e apuração.



§ 2º Para tanto, o voto deve ser impresso e os cidadãos devem confirmar a veracidade das informações impressas antes de confirmar e depositá-lo na urna (processo automático).

§ 3º Após a apuração dos votos, as urnas devem ser lacradas e assinadas pelos representantes partidários, do Ministério Público Eleitoral e do presidente da seção eleitoral.

§ 4º Caso haja necessidade de recontagem dos votos, esta deve ser realizada na própria seção eleitoral, na presença dos mesmos responsáveis pela lacração e assinatura da urna, referidos no § 3º.”

“Art. 59-D. O Tribunal Superior Eleitoral deverá prover o treinamento de mesários e representantes partidários para a realização da fiscalização e apuração dos votos.”

“Art. 59-E. As despesas decorrentes da implementação deste processo de votação segura serão custeadas pelo Tesouro Nacional.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A implementação de um processo de votação segura e confiável é fundamental para garantir a transparência e a integridade das eleições no Brasil. A adoção do voto impresso e da verificação pelos cidadãos das informações impressas é uma medida que aumenta a confiança no processo eleitoral.

Além disso, a presença de todos os partidos políticos e do Ministério Público na fiscalização e apuração dos votos garante a transparência e a imparcialidade do processo, reduzindo as possibilidades de fraude.

Por fim, a realização da apuração dos votos na própria seção eleitoral aumenta a segurança e a rapidez do processo, além de garantir que todos os votos serão devidamente contabilizados.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230226912600>



Apresentação: 12/04/2023 19:20:53.223 - Mesa

PL n.1845/2023